

Lula e o Banco Central

Rogério L. Furquim Werneck*

No final do ano passado havia muita apreensão com a transição por que estava prestes a passar o Banco Central (BC). Em 1º de janeiro, dirigentes da instituição nomeados pelo atual governo passariam a compor a maioria da sua diretoria e, portanto, do Copom, o comitê responsável pela condução da política monetária.

É irônico que, afinal, a transição tenha sido bem mais tranquila do que se temia, graças ao momento nada tranquilo que atravessavam a economia e os mercados financeiros no final do ano. Em meio a uma séria crise de confiança alimentada pelo sobreaquecimento da demanda, na esteira de um colossal impulso fiscal que perdurara por mais de um ano, o dólar atavessou dezembro acima de R\$6,00, e em alta.

Naquelas circunstâncias, não foi surpreendente que o Copom, na sua reunião de 11 de dezembro, tomasse as decisões que se faziam necessárias para trazer a inflação de volta à meta, sem que o governo, assustado com a crise, se animasse a contestá-las: elevar a taxa Selic em 1,0 ponto percentual e sinalizar que elevações de mesma magnitude seriam anunciadas nas reuniões do final de janeiro e de meados de março. Com isso, quando o novo presidente e os novos diretores do BC tomaram posse no início do ano, as decisões essenciais do Copom, até março, já estavam pré-determinadas. Dúvidas sobre o que faria o novo presidente do BC à frente do novo Copom ficaram convenientemente adiadas para maio. E junho.

Tendo sido tão tranquila a transição, disseminou-se a percepção de que o problema teria sido superado. Não haveria mais razões para apreensões, seja sobre a condução da política monetária seja sobre o relacionamento do Planalto com o BC. A verdade, contudo, é que, nessa percepção precipitada há muito mais torcida do que análise. O problema está longe de ter sido superado.

Basta ter em mente o cabo de guerra que o governo vem ostensivamente travando com o BC agora. Na contramão dos esforços de desaceleração da economia para trazer a inflação de volta à meta, o governo, alarmado com a perda de popularidade do presidente Lula, vem tomando uma série interminável de medidas intempestivas, claramente expansionistas, para tentar conter a redução da expansão do nível de atividade buscada pelo BC.

É fácil perceber que, se o BC reagir a isso como deveria, estará configurado um círculo vicioso altamente prejudicial ao projeto de reeleição acalentado pelo governo. A cada queda de popularidade do presidente, novas medidas expansionistas serão adotadas pelo governo, que forçarão o BC a endurecer a condução da política monetária e tornar ainda

mais longo e penoso o processo de desinflação em curso, o que certamente contribuirá para nova queda de popularidade do presidente. E assim por diante.

Resta saber em que medida o BC de fato reagirá a isso como deveria. O que levanta a questão do relacionamento de Lula com a instituição. O presidente completará 80 anos em outubro. Não é crível que uma pessoa dessa idade, com convicções tão firmes e arraigadas sobre a forma como o BC deve atuar e sobre o grau de ingerência que o governo deve ter na instituição, tenha mudado de opinião de repente. Ou que esteja definitivamente conformado com a autonomia operacional que a legislação hoje confere ao BC. Muito menos agora, quando o que está em jogo é sua reeleição.

É claro que, a esta altura, seria impensável algo tão brutal como o que ocorreu no governo Dilma. Lula bem sabe que esse tempo passou. E que, agora, terá de atuar de forma muito mais sutil, para não assustar os mercados. Mas o certo é que não deixará de fazer valer todo o peso da sua ascendência sobre a instituição, para assegurar que a reação do BC à sua tentativa de solapar o esforço de desaceleração da economia seja mais branda do que deveria ser. E que, mantidas as aparências, a condução da política monetária seja tão compatível com o projeto da reeleição quanto possível.

Alguém acha mesmo que o BC resistirá como um rochedo a tais pressões?

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.